**PROPOSTA DE CARTA À(O)S PARLAMENTARES E AO EXECUTIVO**

Senhor(a) Deputado(a) e Senador(a) (ao enviar para o executivo colocar o nome)

No dia 03 de setembro, o Executivo enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Administrativa, que pretende mudar a Constituição Federal de 1988 (PEC nº 32/2020), que ataca frontalmente o direito do(a)s servidore(a)s público(a)s e desestrutura as políticas públicas e sociais.

Como professor(a) do ensino superior, área pouquíssimo valorizada por este governo, mas essencial para a construção de um país autônomo, independente e que tenha qualidade de vida para o conjunto da população, estou muito preocupado(a) com as repercussões dessa verdadeira contrarreforma para o conjunto da sociedade e, especialmente, para as instituições públicas de ensino superior (Universidades, Institutos Federais e CEFET).

No mesmo dia que enviou a proposta de Reforma Administrativa ao Congresso - sem nenhum diálogo com as entidades que representam os servidore(a)s público(a)s -, o governo também enviou uma mensagem, via SIGEP, ao conjunto do funcionalismo. Por isso, quero ponderar algumas questões:

1. O governo federal e parte do Legislativo responsabilizam o(a)s servidore(a)s público(a)s pelos altos gastos do Estado. Isto é uma inverdade! Mas deveria ser o contrário, o governo e o(a)s parlamentares deveriam reconhecer que políticas públicas são **investimentos** em qualidade de vida da população, em direitos, sociais e em produção do conhecimento para o desenvolvimento do país. E que sem servidore(a)s público(a)s, não há política pública de qualidade;
2. O governo usa dados imprecisos e mentirosos sobre os gastos com o funcionalismo público, além de responsabilizar o(a)s servidore(a)s pela inoperância dos serviços prestados, quando, na verdade, sabemos que a dificuldade de funcionamento em algumas áreas é centralmente pelo número reduzido de servidore(a)s e pela desestruturação das políticas públicas. Basta olhar o orçamento do governo para ver os investimentos e verificar que são absolutamente insuficientes para a garantia e execução de políticas públicas de qualidade e universais. Em todos os países do mundo em que as políticas públicas funcionam e são de qualidade há um investimento forte do Estado em carreira de servidore(a)s e estrutura dos equipamentos públicos;
3. O governo tenta dissuadir o funcionalismo público dizendo que o(a)s que já estão não serão afetados. Como não seremos afetado(a)s? Nas instituições onde trabalhamos não teremos mais concursos públicos. Se o(a)s meus(minhas) futuro(a)s colegas vão ser trabalhadore(a)s precarizados (terceirizado(a)s, sem carreira e sem estabilidade); se a pretensão éacabar com o Regime Jurídico Único (RJU) e colocar nossa carreira em extinção; e se vários artigos vão precisar de posterior legislação complementar, deixando absolutamente fragilizados os poucos direitos que ainda temos; como dizer que não seremos afetado(a)s?
4. A PEC nº 32/2020 atinge imediatamente o(a)s servidores público(a)s uma vez que incidirá sobre nós várias das novas regras, entre elas a avaliação por desempenho, desconsiderando que nós já somos avaliado(a)s, periodicamente em nossas instituições;
5. Entendo que a PEC nº 32/2020 pretende reger o funcionalismo público pelas mesmas regras da iniciativa privada, portanto extinguindo o funcionalismo público, com consequências nefastas para os direitos sociais e as políticas públicas. A iniciativa privada é regida pela lógica do lucro e o setor público deve ser regido pela lógica da garantia dos direitos;
6. Existem outras formas do Estado arrecadar, como a taxação das grandes fortunas, a suspensão do pagamento dos juros da dívida pública, a reformulação do sistema tributário, taxando os ricos e não os pobres, entre outros;
7. Desde o inicio deste governo, ao escolher Paulo Guedes para ministro da Economia, concedendo-lhe grandes poderes juntando ministérios, Bolsonaro já explicitou qual seria sua prioridade. A prioridade do governo Bolsonaro são os banqueiros, os empresários e os ricos. E a sua prioridade, senhor(a) parlamentar, é quem? A população, em especial a mais pobre, ou também os banqueiros, os ricos e o capital?

Se sua prioridade é a população, defenda as políticas públicas, os serviços e servidore(a)s público(a)s. São também eles que votam para eleger o parlamento!

Diga NÃO à Reforma Administrativa do governo Bolsonaro!